



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
N.º: 1096/2019
PROC. N.º: 22.01/2019

DATA
20-05-2019

ASSUNTO: PARLAMENTAR N.º 1980/XIII/4.ª, DO PSD

- **ESFORÇOS NACIONAIS NAS NEGOCIAÇÕES DA PAC PÓS 2020 PARA A MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE APOIO PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS**

Relativamente à Pergunta Parlamentar n.º 1980/XIII/4.ª, do PSD, cumpre informar o seguinte:

1. **No âmbito das negociações da PAC pós 2020 qual a estratégia adotada pelo Governo português para a manutenção do nível de apoio para as Regiões Ultraperiféricas? Considerando a posição conjunta dos Governos Regionais dos Açores, Madeira e Canárias, face ao eventual corte de fundos comunitários para o POSEI, quais as diligências do Governo nacional junto do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu nas negociações que decorrem?**

Trata-se de um objetivo cuja negociação antecipa um resultado favorável, tendo em conta o anúncio do Comissário Europeu Phil Hogan, em 29 de junho de 2018, durante uma visita à Região Autónoma dos Açores, acompanhada pelo Ministro da Agricultura, de que aceita repor o montante igual ao atual no POSEI- Programa de Opções Específicas para o Afastamento e a Insularidade nas Regiões Ultraperiféricas, ao contrário do que constava da proposta inicial da Comissão Europeia de reforma da PAC - Política Agrícola Comum, que previa um corte de 3,9% nas verbas do POSEI. A estratégia seguida pelo Governo foi a de estabelecer uma posição comum aos três Estados-Membros que têm Regiões Ultraperiféricas: Portugal, Espanha e França. Nessa medida, o Ministro da Agricultura desenvolveu um conjunto de diligências junto dos seus homólogos, das quais resultaram alguns encontros multilaterais que culminaram num entendimento sólido sobre a necessidade de assegurar a manutenção dos níveis de apoio ao POSEI.

2. **Perante um cenário de diminuição de verba (15%) para o FEADER, como se perspetiva o montante financeiro para cada um dos programas de desenvolvimento rural das regiões Autónomas?**

Apesar de a proposta inicial da Comissão Europeia, que prevê um corte de 10% no orçamento global da PAC, apenas prever um corte de 5% para Portugal, propõe igualmente que esse corte seja compensado através do aumento da taxa de co-financiamento nacional. Nessa medida, e apesar de o Governo considerar alcançável a anulação deste corte, em qualquer circunstância, o montante financeiro disponível para apoiar os agricultores não se afastará muito dos montantes atuais.

3. **Qual o grau de compromisso do Governo Português para colaborar com os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e Açores no âmbito das negociações da PAC 2021-2027, nomeadamente quanto ao conjunto de emendas propostas pelas RUP aos regulamentos propostos pela Comissão Europeia e quanto à Declaração Final da Conferência de Presidentes da RUP, realizada em novembro de 2018 nas Ilhas Canárias?**

O grau de compromisso do Governo é total.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**GABINETE DO MINISTRO DA AGRICULTURA,
FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL**

4. Face ao previsível atraso na definição e implementação do novo quadro comunitário de apoio pós 2020, está o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural disposto a definir um período de transição entre o atual quadro comunitário de apoio e o futuro? Se sim, abrangerá os Programas comunitários do continente e de cada uma das Regiões Autónomas?

Sim. O período de transição é precisamente uma das questões em discussão no Conselho, na Comissão e no Parlamento Europeu.

Com os melhores cumprimentos, *Regina*

A Chefe do Gabinete

Regina Pinto Lopes